

Rede de enfrentamento à violência contra a mulher: situação dos serviços especializados no município de Maceió

Network to combat violence against women: situation of the specialized services in the municipality of Maceió

ANA LÚCIA SOARES TOJAL¹; QUITÉRIA MARIA FERREIRA DA SILVA²; ANNA
CAROLLYNA MARQUES DE SOUZA ALMEIDA³ & TÂNIA FERREIRA SOARES DE MELO
ROZA⁴

¹ Mestra em Ensino da Saúde e Professora do Curso de Serviço Social do Centro Universitário Cesmac. | *E-mail*: anatojal@bol.com.br.

² Especialista em Saúde Pública e Professora do Curso de Serviço Social do Centro Universitário Cesmac. *E-mail*: ferreiraquite@gmail.com.

³ Assistente Social, Graduada pelo Centro Universitário Cesmac. | *E-mail*: acarollynamarques@hotmail.com.

⁴ Assistente Social, Graduada pelo Centro Universitário Cesmac. | *E-mail*: tania.s.melo@hotmail.com.

RESUMO: O estudo sobre os serviços especializados da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher em Maceió teve como objetivo identificar os avanços e limites da Rede, na perspectiva de contribuir para reorganização das estratégias de intervenção das instituições componentes. A pesquisa qualitativa, de modalidade exploratória, utilizou como procedimentos metodológicos a entrevista semiestruturada, com as profissionais de 46% das instituições componentes da Rede. Os resultados indicaram limites no que diz respeito à infraestrutura física, à insuficiência de pessoal qualificado para atendimento às vítimas, à desarticulação entre as instituições que fragiliza a lógica de rede e a desestruturação de alguns serviços. Apontam pequenas iniciativas e esforços das profissionais para operacionalização da Rede.

Palavras-chave: Violência, Mulher, Rede.

ABSTRACT: This study focuses on the specialized services of the Network to Combat Violence against Women in Maceió, with the aim of identifying the progresses and limitations of this network, seeking to contribute to the reorganization of intervention strategies of the component institutions. The methodological procedures used in this qualitative, exploratory research were semi-structured interviews with professionals of 46% of the institutions belonging to the network. The results indicated some limitations in relation to the physical infrastructure, the lack of qualified personnel to attend to victims, the lack of coordination between institutions which weakens the reasoning behind the network, and the disruption of some services. Some small initiatives and efforts of professionals to operationalize the network are highlighted.

Key words: Violence, Women, Network.

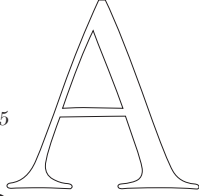


UNIVALI

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAI

RBTS

Revista Brasileira
de Tecnologias Sociais



INTRODUÇÃO

A temática violência de gênero é complexa e existem diferentes concepções que expressam significados diversos sobre o assunto. Neste estudo não houve a pretensão de elucidar o conceito e as múltiplas abordagens que envolvem o debate teórico de violência de gênero, mas de situar a questão da violência contra a mulher no contexto da reflexão mais ampla do papel das mulheres como sujeitos de direitos para subsidiar a discussão sobre a efetividade dos serviços da Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres em Maceió. Nesse direcionamento, o estudo assume a perspectiva teórica de Saffioti (2001), ao indicar que o vetor mais amplamente difundido da violência de gênero caminha no sentido homem contra mulher, tendo o machismo como caldo de cultura, da expressão do poder do macho. Ainda conforme Saffioti (1994, p. 443), “a violência do macho contra a mulher de diferentes formas – ironia, espancamento, reprodução forçada, homicídio etc. – é constitutiva da organização de gênero no Brasil”.

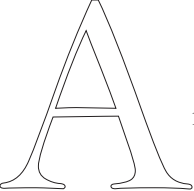
A violência, de fato, constitui-se uma manifestação de poder que o ser humano exerce sobre o outro, causando medo, receio e trauma e que geralmente as minorias são as que mais sofrem com este tipo de manifestação. Essa manifestação apresenta-se de várias formas, podendo ocorrer em qualquer parte da esfera social. Segundo Álvares (2003), a violência pode ocorrer de formas diferenciadas, tanto de constrangimentos morais e coativos, quanto da força física explícita, aplicada num ambiente que pode ser público ou privado.

Em se tratando da violência em relação às mulheres, ela está ligada, também, à relação de poder que o homem exerce sobre a mulher. Essa relação é reforçada ainda na infância quando ambos os sexos são educados de forma desigual e a imposição de papéis que é dada a cada um. Para Czapski (2012), há séculos os homens estão apreendendo e internalizando essa construção cultural e em função desse fato, cometem violência doméstica contra as mulheres nos espaços privados como “detentores” do comando da família e usam da força física como forma absoluta de resolver conflitos domésticos.

A concepção afirmada por Czapski (2012) comunga com o viés de leitura defendido por Saffioti (1994), que caracteriza a violência contra as mulheres como uma das mais fortes e cotidianas expressões da sociedade patriarcal e machista em que se vive, na qual os homens são mais valorizados que as mulheres e se acredita que a mulher tem que obedecer, aceitar e levar a vida da forma como os homens querem estabelecer.

Há tempos as mulheres são vítimas da violência praticada pelo homem e julga-se ser no âmbito familiar a maior ocorrência dos casos, sendo o medo preponderante para a continuação da situação de violência.

O medo é fator constante entre as mulheres acometidas com o mal da violência doméstica, e componente que impede a formação de uma identidade social emancipatória. Constitui-se rotina, que a violência contribua para que a mulher não consiga se perceber como ser social possuidor de direitos, o medo colabora para aniquilar sua capacidade crítica, e fazer com que a mulher entenda sua condição de vítima, de isolamento social. Ao contrário da percepção, o medo cria na mulher a baixo autoestima, a vergonha, e o não autor respeito, deixando graves sequelas, não somente no corpo, mas principalmente na alma das mulheres. (CZAPSKI, 2012, p. 321).



A violência de gênero se dá, portanto, quando os homens, grupos de homens, instituições e Estado, tentam impor suas vontades às mulheres, sendo assim uma ferramenta de controle da vida, do corpo e da sexualidade das mulheres, como um recurso para perpetuar os padrões de gênero, manter as relações de poder, disciplinar comportamentos, sentimentos e atitudes. Expressa-se em menos poder, menos participação, menos direitos, em exclusão das políticas públicas e dos espaços políticos, em diversas formas de violência, doméstica e familiar, bem como aquelas praticadas em diferentes espaços da sociedade.

No Brasil, as conquistas no campo legal em termos de direitos, políticas públicas e serviços que buscam fortalecer as estratégias de enfrentamento à violência contra mulher, são frutos de um processo de luta histórica das mulheres em diferentes conjunturas da sociedade. Em que pese os avanços e os direitos conquistados em várias décadas, foi a partir do final de 1970 e início de 1980 que o movimento feminista garantiu maior visibilidade e foram legalizados vários direitos, sobretudo no sentido de tornar pública a problemática da violência contra as mulheres e impulsionar lutas pela efetivação de direitos sexuais, reprodutivos e humanos.

No bojo do processo de luta pela redemocratização do país, o movimento feminista conseguiu construir relações de articulação com os movimentos sociais organizados e introduzir o debate de gênero nos setores populares. Algumas autoras, como Álvares (2003) e Saffioti (2001), afirmam que nesse período havia a influência de uma visão socialista e classista, que favoreceu a interlocução do movimento feminista com vários segmentos que se mobilizavam em torno da luta por liberdade, democracia e direitos.

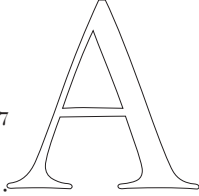
No decorrer das décadas de 1980 e 1990, as feministas embarcam na luta contra a violência às mulheres e pelo princípio de que os gêneros são diferentes, mas não desiguais. Assim, em 1994, entra em vigor no Brasil a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação contra a Mulher, que só veio a ser promulgada pelo Decreto nº 4.377, de 13/9/2002. Logo depois, em 1996, entrou em vigor a Convenção Interamericana, para prevenir, punir e erradicar a Violência Contra Mulher.

Em 2002 tem-se uma nova configuração política e econômica no Brasil, que favoreceu a garantia de políticas públicas inclusivas para setores tidos como discriminados e/ou vulnerabilizados da sociedade, entre eles as mulheres. Contexto também que os movimentos sociais feministas se rearticularam, pautando questões fundamentais da agenda de luta, como o enfrentamento da problemática da violência. Nesse cenário é criada, em 2003, a Secretaria de Políticas para Mulheres.

Com a criação da Secretaria de Políticas para Mulheres, as ações para o enfrentamento à violência contra as mulheres passaram a ter um maior investimento. Exemplo dessa afirmação foi a estruturação em 2004 do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), cujo um dos eixos é o enfrentamento à violência contra a mulher, elaborado com base na I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada no mesmo ano.

Tendo como base o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, a Lei Maria da Penha, as Resoluções de Conferências e as propostas das marchas e organizações feministas em todo Brasil, em 2011 foi criada uma Política Nacional específica, sob a coordenação da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres - Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

A Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, alinhada ao debate teórico e às conquistas políticas, legais e organizativas das mulheres no campo das Políticas Públicas, institui a organização de uma Rede de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência,



que leva em conta o fato de a mulher em situação de violência percorrer uma rota. Essa rota possui diversas portas-de-entrada, que devem trabalhar de forma articulada, no sentido de prestar uma assistência qualificada e não revitimizante à mulher em situação de violência.

As redes devem articular assistência jurídica, social, serviços de saúde, segurança, educação e trabalho. Os serviços e organizações que compõem as redes incluem: Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, delegacias comuns, Centro de Referência, Defensorias Públicas da Mulher, Defensorias Públicas, Instituto Médico Legal, Serviços de Saúde, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Casas Abrigos. (BRASIL, 2004, p.75).

Na referida política há o reconhecimento de que a violência contra as mulheres em todas as suas formas (doméstica, psicológica, física, moral, patrimonial, sexual, tráfico de mulheres, assédio sexual, etc.) é um fenômeno que atinge mulheres de diferentes classes sociais, origens, idades, regiões, estados civis, escolaridade, raças e até mesmo a orientação sexual.

Nesse contexto, em Maceió¹, foi criada a Rede de Enfrentamento a Violência contra a Mulher, composta por 13 serviços especializados²: 01 Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); 01 Casa Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência – Viva Vida; 01 Núcleo de Defesa dos Direitos da Mulher (NUDEM); 01 Promotoria do Ministério Público Alagoas; 01 Assessoria para assuntos da Mulher/Polícia Civil; 02 Delegacias de Defesa dos Direitos da Mulher (DDM I e DDM II); 01 Comissão da Mulher Advogada/ OAB; 01 Maternidade Santa Mônica/ Programa de Assistência às Vítimas de Violência Sexual; 01 Centro de Referência e Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Dra. Terezinha Ramires; 01 Núcleo de Defesa da Mulher, no âmbito do 1º e 2º Centros de Apoio Operacional do Ministério Público do Estado Alagoas; 01 Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, 01 Central de Atendimento – Ligue 180/Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

A Rede em Maceió fundamenta-se no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, que ao reconhecer o papel do Estado brasileiro no enfrentamento da problemática da violência sexista, propõe um conjunto de políticas públicas e serviços para promoção de direitos e garantia da assistência às mulheres vítimas de violência.

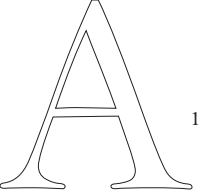
A percepção das profissionais sobre o funcionamento da Rede abordada nesse estudo remete a uma reflexão sobre os entraves, as estratégias e os avanços no âmbito da organização dos serviços.

1 PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa qualitativa, de modalidade exploratória, sobre o contexto e o funcionamento da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher em Maceió, foi realizada com profissionais do sexo feminino que trabalham nos serviços especializados que compõem a Rede. Os critérios de inclusão adotados foram o de entrevistar profissionais do sexo feminino que fazem atendimento direto às vítimas - assistentes sociais, psicólogas, delegadas e advogadas. E foram excluídos os

1 Maceió, capital do Estado de Alagoas, tem uma população de 1.013.773 habitantes, com 496.256 de população feminina residente, segundo IBGE 2016.

2 A Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher foi instituída com 23 instituições, ofertando: serviços especializados, serviços de atendimento geral, órgãos de informação, orientação e políticas públicas, conselhos e organizações da sociedade civil, para que mulheres vítimas de violência tenham conhecimento dos dispositivos disponíveis que previnem e combatem a violência. Nesse trabalho foi priorizada a abordagem sobre os serviços especializados da Rede, por serem responsáveis em lidar, diretamente, com o atendimento às vítimas de violência.



profissionais do sexo masculino das instituições da Rede, bem como os profissionais que atuam de forma indireta nos referidos serviços. Em termos institucionais foram excluídas as entidades da rede que fazem atendimento de atenção básica, uma vez que o estudo foi concentrado nos serviços especializados. O Projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética, sob o número CAAE 54209115.4.0000.0039 e os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Dentre os 13 serviços especializados, o estudo atingiu 06 deles, alcançando um percentual de 46%, conforme amostra prevista no Projeto. Os serviços atingidos foram: 01 Centro de Referência e Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica Dra. Teresinha Ramires e 01 Maternidade Santa Mônica/Programa de Assistência às Vítimas de Violência Sexual - vinculados à Política Pública de Saúde; 01 Delegacia Especializada de Defesa dos Direitos da Mulher II, ligada à Política de Segurança Pública; 02 Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS-PAEFI Jatiúca e Santa Lúcia), componentes da Política de Assistência Social; 01 serviço da área da justiça: 4º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

Na fase inicial da pesquisa foi feito estudo bibliográfico-documental para fundamentação teórica e maior aproximação com o objeto de investigação. Nesse processo foram utilizados livros, artigos, documentos institucionais e banco de dados com indicadores sobre a violência contra a mulher, em especial o Mapa da Violência 2015.

A fase de pesquisa de campo foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com profissionais dos serviços especializados – assistentes sociais, psicólogas e policial civil - e teve por base um roteiro orientador, com questões abertas, que serviu de referência para estabelecer o diálogo com as entrevistadas.

Os dados foram sistematizados mediante a organização do material empírico, tendo como referentes os pressupostos, as questões do roteiro das entrevistas e também os objetivos que se buscou alcançar com a investigação. O conteúdo dos depoimentos expressando a percepção das entrevistadas indicou os eixos da análise, com recorte na verificação da efetividade dos serviços especializados da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher em Maceió. Ao interpretar as falas das entrevistadas, as pesquisadoras buscaram apreender as questões explicitadas e também as contradições, numa perspectiva crítica e refletiva, apoiadas na base teórico-metodológica que fundamentou o estudo, Bardin (1977) e Minayo (2001), para trabalhar análise de conteúdo.

2 DISCUSSÃO DO RESULTADO

Em Maceió, os indicadores de violência chamam a atenção, ao revelar que o município registra um quadro de vulnerabilidade social, com altos índices de violência, o que faz com que Maceió oscile, nos últimos oito anos, entre a primeira ou segunda capital mais violenta do Brasil. E, em se tratando da violência contra a mulher, a série histórica demonstra que a situação é grave, pois apesar de ser um crime e grave violação aos direitos humanos, tipificado em lei, a violência contra as mulheres segue vitimando milhares de maceioenses, conforme aponta a Tabela 1:

As taxas de homicídios em Alagoas e Maceió, entre os anos de 2006 a 2013, mostram que houve crescimento em relação à violência contra a mulher no referido período. É possível notar que, em 2007, após a promulgação da Lei Maria da Penha, ocorreu uma considerável diminuição dessa taxa em Maceió, porém, nos anos subsequentes, a taxa volta a crescer, sobretudo nos anos de 2010 e 2011.

**Tabela 01:** Série histórica com taxas de homicídios femininos, Alagoas e Maceió

Taxa homicídios	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Alagoas	6,8	6,8	5,2	6,9	8,3	8,5	8,1	8,6
Maceió	9,7	6,8	8,4	8,9	11,9	12,0	10,3	10,7

Fonte: Mapa da Violência no Brasil, 2015.

A caracterização da Violência contra a Mulher também se evidencia nos indicadores do Mapa da Violência 2015, que retrata o quadro de violência contra as mulheres no Brasil e traz informações sobre os municípios. O Mapa aponta que, em 2014, a taxa de atendimentos de mulheres em Alagoas foi de 11,0 e a taxa de vitimização de 24,3, indicando que cônjuges e ex-cônjuges são os principais agressores nas fases jovem e adulta da mulher, com predominância para violência física e violência psicológica.

O Mapa da Violência 2015, além de mostrar a elevação dos indicadores, aponta o homem como o principal agressor da mulher. Realidade que configura a violência de gênero como um problema ligado ao poder, aos privilégios e, principalmente, de controle masculino, uma vez que os agressores, majoritariamente, são homens e com vínculos afetivos com as vítimas. Contexto que dialoga com a abordagem de Safiotti (1994, p.443), destacando que “a violência do macho contra a mulher de diferentes formas – ironia, espancamento, reprodução forçada, estupro, homicídio etc. – é constitutiva da organização de gênero no Brasil”.

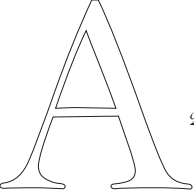
Especificamente sobre Maceió, o Mapa da Violência 2015 indica que o município, em 2013, apresentou taxa de 10,7 de homicídios contra as mulheres, ocupando a segunda colocação entre as capitais brasileiras com índice mais elevado, acima de 10 homicídios por 100 mil mulheres. O Estado de Alagoas também se sobressai, ao ocupar o 4º lugar no *ranking* nacional, com taxa 8,6, enquanto no Brasil a taxa foi de 4,8.

As estatísticas configuram um contexto perverso e caracterizam uma das mais fortes e cotidianas expressões da sociedade capitalista, patriarcal e machista em que se vive. Conforme Safiotti (2001) e Czapski (2012), implica um cenário cujas mulheres vão conviver sob poder dos homens, com direitos violados e exclusão social. Por isso a importância de políticas públicas afirmativas como um dos mecanismos para o enfrentamento da problemática da violência de gênero.

O estudo levantou como um dos pressupostos, que no contexto das práticas desenvolvidas, os serviços especializados da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher em Maceió não estão qualificados para cumprir seu papel, face às dificuldades de infraestrutura e recursos humanos, prejudicando o funcionamento da mesma.

No decorrer na pesquisa foi observado que parte dos serviços consegue implementar ações de caráter preventivo e assistencial às vítimas, buscando primar pela qualidade, superando alguns entraves, principalmente os serviços vinculados à justiça, que prestam acolhimento e atendimento jurídico-legal. Todavia se verifica que parte significativa dos serviços não está desempenhando suas atribuições, conforme preconizado na Política, devido às condições precárias de funcionamento, seja da infraestrutura-física, dos equipamentos e dos recursos humanos - seja da qualidade da atenção. Nesse caso, foram destacados os serviços vinculados às políticas de saúde, segurança e assistência social.

Tais questões podem ser visualizadas na leitura das profissionais entrevistadas, quando abordadas sobre a Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e o funcionamento dos serviços aos quais estão vinculadas.



[...] o serviço em Maceió tem muita precariedade de recursos humanos, estrutura física, mas principalmente recursos humanos e apoio mesmo para essas questões e ações de enfrentamento a violência contra mulher [...], é tímido, não é uma coisa assim que é tratada com prioridade (E3).

[...] não tem como garantir que nos outros serviços que a vítima foi encaminhada ela será atendida. A rotatividade de profissionais no serviço atrapalha esse funcionamento (E1).

A questão do fluxo é mais evidenciada quando as profissionais falam do funcionamento da Rede, dos serviços que funcionam ou não e de como ocorre o encaminhamento. Parte dos depoimentos revela que não existe a relação referência - contrarreferência, continuidade da atenção e que há uma desarticulação entre os serviços, chegando a questionar se, de fato, existe Rede.

O que falta é uma rotina institucional, um protocolo dessa rede. A gente diz rede até porque é bonito dizer rede de atendimento, fica pomposo, elegante falar rede de atendimento a mulher. Não existe a rede, existem instituições de atendimento a mulher em Maceió e no Estado de Alagoas, mas onde tem mais serviços é em Maceió. Mas esses serviços não trabalham com protocolo, acho que funcionava mais quando não tinha o nome rede (E2).

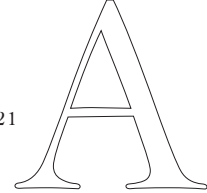
Essa lógica de funcionamento da Rede indica que não há uma intervenção sistemática com as mulheres vítimas de violência, mesmo porque elas não retornam aos serviços para continuidade, devido à desarticulação e à inexistência do fluxo. Conforme definido na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, Rede pressupõe uma “atuação articulada entre as instituições/serviços [...] visando à ampliação e melhoria da qualidade do atendimento das mulheres em situação de violência” (BRASIL, 2011, p. 29).

O estudo aponta que a efetividade da Rede exige superar algumas fragilidades dos serviços especializados que a compõem em relação às rotinas institucionais, à estruturação física e de recursos humanos, à gestão política, à descentralização do atendimento e aos mecanismos de divulgação dos serviços:

Fragilidade existe sim, e se dá em função dessa articulação, essa articulação precisa ser fortalecida esse fluxo de atendimento da rede. O recurso humano é insuficiente e falta estruturar os serviços. Se isso acontecer, se isso se efetivar, se consolidar com certeza a gente vai alcançar o maior número de atendimentos, a gente vai ter com certeza mais recepção de casos. Tudo se da por essa questão do fluxo (comunicação), da falta de estruturada e da necessidade de consolidação dessa rede, essa articulação referência contra referência acho que passa por aí (E4).

[...], depois que acontece a violência sua vida muda completamente é uma marca que fica registrada, [...] a gente faz parte de uma rede, essa rede precisa está conversando, alimentando as informações, divulgando, e não tem feito isso [...] (E6).

Também foi evidenciado durante a pesquisa o desmonte de serviços, a exemplo do Centro de Referência e Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica Dra. Teresinha Ramires, vinculado ao Sistema Único de Saúde (SUS), que foi desativado no percurso da pesquisa. O desmonte dos serviços também expressa o quanto a cultura do patriarcado está intrínseca na lógica da sociedade capitalista, pois as conquistas das mulheres no âmbito das políticas públicas,



na prática, não são efetivadas. Realidade que respalda a concepção de Saffioti (1987) ao apontar o sistema capitalista e racista, não somente como produtor de ideologia machista e violência de gênero, mas também de exploração, envolvendo contextos políticos, ideológicos e, principalmente, de caráter econômico.

Para Turck (2001, p.03), rede é “uma articulação de atores em torno de objetivo; é uma trama relacional”. Enquanto Castells (1999, p.497) sugere que a organização em redes deve modificar, de forma substancial, a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura. Nesse viés de leitura, no decorrer do estudo ficou visível essa fragilidade, pois as profissionais atestam que, além de não existir essa lógica consistente de articulação como Rede, os serviços não dialogam entre si.

Não existir um protocolo. Como também não existir encontros das instituições participantes da rede para discutir o serviço da rede. Então, como falar em rede se essa rede não se encontra (E-2).

Algumas profissionais avaliam que houve avanços, a exemplo de existir nos serviços profissionais qualificadas para o atendimento. Contudo, a maioria não indicou avanços e sim novos desafios, tais como: necessidade de mobilização das mulheres, de divulgação dos serviços da Rede e de políticas públicas que garantam a subsistência das mulheres após a denúncia.

Essa perspectiva, resultado da pesquisa empírica, indicou muitos desafios em relação à efetividade dos serviços especializados da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher em Maceió. Desafios que precisam ser superados para, de fato, garantir os objetivos do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, que apostam na rede como arranjos organizativos de ações e serviços, com articulação intersetorial entre as políticas públicas que permitem prestar uma assistência contínua e integral às mulheres vítimas de violência.

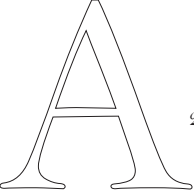
CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo concluiu que, na realidade atual, os serviços especializados da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher em Maceió apresentam inúmeras fragilidades, indicando um viés de leitura que eles não funcionam como Rede, conforme compreensão do significado conceitual e legal de uma rede de serviços no âmbito das políticas públicas.

O estudo conclui, ainda, que as fragilidades no funcionamento da Rede também estão relacionadas à falta de estrutura dos serviços especializados, indicando a necessidade de investimento em recursos humanos, infraestrutura, divulgação e construção de fluxos para garantia de um atendimento de qualidade.

Os resultados do estudo revelam que a existência da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher - como parte da consolidação de políticas públicas para mulheres, conquistadas por meio de lutas e mobilizações de diversas organizações feministas - foi um avanço histórico, mesmo que esta Rede apresente limites e desafios.

As fragilidades registradas sugerem que os esforços das entidades que compõem a Rede precisam ser permanentes, na busca da superação dos limites para que a Rede seja de fato uma rede e possa contribuir, verdadeiramente, para diminuição dos indicadores da violência contra a mulher em Maceió e a garantia do acesso aos direitos e aos serviços de proteção social especial.



Enfim, a pesquisa produziu novos conhecimentos acerca dos serviços especializados da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher em Maceió que podem servir para ampliar a percepção dos profissionais, das organizações, das instituições públicas e da sociedade sobre a eficácia da Rede e, também, para fortalecer as estratégias de enfrentamento da problemática da violência e da organização dos serviços.

REFERÊNCIAS

- ALVARES, M. L. M. A questão de gênero e a violência doméstica e sexual. Amazônia – IPAR. **Revista Teológico - Pastoral**, Belém, p. 25-30, 2003.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BRASIL. Secretaria Nacional de Enfretamento à Violência contra as Mulheres/Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Política Nacional de Enfretamento à Violência contra a Mulher**. Brasília, 2011.
- BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres/Presidência da República, Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça. **Norma Técnica de Padronização das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres –DEAMs**. Brasília, 2010.
- CASTELLS, M. **A Sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CZAPSKI, A. R. S. O assistente social no atendimento à violência doméstica contra a mulher. **Travessias**, Cascavel, v.6, n.1, p. 313-328, 2012.
- MAPEAMENTO da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher em Maceió. Maceió: Secretaria Municipal de Assistência Social, 2012.
- MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- SAFFIOTI, H. I. B. **Violência de Gênero no Brasil Atual**. 1994. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16177/14728>>. Acesso em: 02 mar. 2017.
- SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, v.16, n. 07, p.115-136, 2001.
- SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.
- TURCK, M. M. G. **Rede Interna e Rede Social**: o desafio permanente na teia das relações sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.
- WAISELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2015**: Homicídio de mulheres no Brasil. FLACSO Brasil: Brasília, 2015.